

Contribuições das ongs Rureco e Instituto Guardiões da Natureza na formação de educadores ambientais

Contribution of the non-governmental social organizations Rureco and Instituto Guardiões da Natureza in the development of environmental educators

Ana Lúcia Crisostimo¹
Geovanni Miguel Ayoub²

Resumo

A consolidação de práticas educativas que busquem um mundo ecologicamente equilibrado passa pela interação entre todos os atores sociais, representantes do poder público, do terceiro setor e comunidade em geral. A pesquisa teve como objetivo principal identificar ações desenvolvidas pelas ONGs -Organizações não-governamentais- visando a formação de educadores ambientais. Para tanto, estudou contribuições da Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná - RURECO e do Instituto os Guardiões da Natureza - ING –, ambas localizadas no Paraná, no desenvolvimento sócio-ambiental da região onde atuam. Este trabalho revelou o elevado potencial formativo das ONGs pesquisadas, à medida em que atuam na educação não-formal com competência e com o compromisso de alicerçar um novo modelo de desenvolvimento rural que articule sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Palavras-chave: educação ambiental; organizações não-governamentais; desenvolvimento sustentável.

Abstract

The consolidation of educational practices that seek for a world ecologically balanced raisin for the interaction among all the social actors,

1 Dr^a. Bióloga; Prof. do Departamento de Biologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste; E-mail: analucia@unicentro.br

2 Especialista.

representatives of the public power, of the third section and community in general. The research had as its main objective to identify actions developed by ONGs - non-governmental organizations - seeking the environmental educators' formation. For so much, it studied contributions of the Foundation for the Rural Economical Development of the Middle West Region of Paraná - RURECO and of ING - Institute Guardian of the Nature, both located in Paraná, in the socio-environmental development of the area where they act. This work revealed the high formative potential of the researched ONGs, as they act in no-formal education with competence and with the commitment of searching a new model for rural development that articulates economical, social and environmental sustainability.

Key words: environmental education; non-government organizations; maintainable development.

Introdução

Considerando as transformações mundiais como a globalização e a invasão da tecnologia, em todas as áreas do conhecimento, e que repercutem na área ambiental, faz-se necessário investigar sobre os diferentes caminhos utilizados pelos diversos atores sociais para um mundo mais justo e ecologicamente equilibrado.

Nessa direção, a educação ambiental tem como objetivo as práticas educativas voltadas para as questões ambientais, sensibilizando e mobilizando para mudanças que rompam com a cultura política dominante. Assim, é necessário fortalecer instituições não governamentais e comunitárias capazes de captar recursos internacionais, atuar como capacitadores técnicos no meio rural e, simultaneamente, participar dos espaços públicos para intervenção e criação de políticas ambientais pautadas no desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o papel das ONGs é essencial para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores

de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo (JACOBI, 2003).

Este artigo tem como principal objetivo identificar ações desenvolvidas pelas ONGs no processo de formação de educadores ambientais. Para tanto, foram escolhidas como objetos de estudo duas organizações, a Fundação RURECO e a ING, Instituto os Guardiões da Natureza, a primeira localizada no município de Guarapuava e a outra em Prudentópolis, PR. Estas organizações atuam principalmente junto a agricultura familiar, particularmente desenvolvendo ações formativas sobre a agroecologia visando a busca permanente da qualidade de vida ao homem do campo. A trajetória histórica e a atuação reconhecida nacional e internacionalmente destas organizações justifica a escolha das mesmas para a realização da presente pesquisa.

Compreendendo a Educação Ambiental

Os problemas sócio-ambientais, culturais e econômicos recentemente vivenciados pela sociedade atual acentuam-se com o aumento e

concentração da população nas áreas urbanas, geralmente sem infraestrutura adequada, se considerarmos, ao mesmo tempo, a implantação de diversos setores econômicos e tecnológicos.

No meio rural, pela própria dispersão das populações humanas e suas atividades econômicas, o impacto ambiental ocorre em menor dimensão. Nesse meio rural, encontramos maior quantidade de elementos naturais que o meio urbano, o que causa maior proximidade do homem rural com a natureza. Nesse meio, há problemas como: contaminação do ambiente por agrotóxicos, desertificação, entre outros.

A Educação Ambiental, para Leff (1999, p.128), atua como ferramenta teórico-metodológica de uma nova racionalidade, centrada numa perspectiva de sustentabilidade, pois a “educação ambiental adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável”. Para este mesmo autor, é consenso entre os atores sociais que as diversas ciências não se comunicam, não interagem e permanecem isoladas em seus clãs. Não existe um consenso ou uma consciência de que as ciências podem se comunicar e se complementam. Razão pela qual a Educação Ambiental deve ter um caráter interdisciplinar.

No Brasil, grande parte dos programas de educação ambiental tem sido feito por meio de visitas em parques e reservas ecológicas. É uma proposta interessante e necessária. Mas, muitas vezes, esses programas formam um ambiente naturalizado. Assim, durante um dia ou algumas horas, abandonamos

a esfera na qual vivemos, a cultural, e passamos a apreciar a natureza: a esfera natural.

Segundo a ONG WWF-Brasil (2003), poucos são os investimentos e recursos disponíveis para a implementação de programas que sejam eficazes e que tenham continuidade voltados para a área, particularmente no setor não formal. Os poucos recursos existentes são destinados à fiscalização e manutenção de áreas de preservação e não à educação da população. Se por um lado faltam investimentos, por outro, há uma grande dificuldade em encontrar pessoas habilitadas (educadores ambientais) para o gerenciamento de programas na área da Educação Ambiental. Há muito a ser trabalhado socialmente no que diz respeito ao reconhecimento profissional das pessoas que se dedicam a este segmento. Este mesmo documento define educador ambiental como o indivíduo que participa de projetos educativos com o objetivo de trabalhar o meio ambiente na sociedade e conseguir uma maior integração dos indivíduos e da sociedade e seu próprio meio.

Existem diversas formas de atuação dos educadores ambientais, entre elas o papel desenvolvido pelas ONGs enquanto espaço formativo de educadores ambientais, constituindo espaços de resgate de valores como a cooperação, o respeito à vida. Tal realidade só poderá ser possível se a Educação Ambiental deixar de ser um complemento e tornar-se prática cotidiana em todos os espaços formativos, uma vez que a mesma facilita a construção do conhecimento e saber ambiental, levando a todos os setores informações, tecnologias e práticas

sustentáveis que possam agir de forma interdisciplinar e integrada entre setores e atores da sociedade.

A crise ambiental, os movimentos sociais e as organizações não governamentais (ONGs)

Podemos afirmar que as mudanças operadas no mundo no transcorrer do século XX, tanto no campo científico e tecnológico, quanto no campo econômico, político social e cultural, continuarão a marcar as sociedades do séc. XXI. Percebemos que as sociedades atravessam um período de intensas transformações, onde novas tecnologias, novos instrumentos de produção são colocados a cada momento à disposição dos cidadãos. No entanto, se por um lado os avanços tecnológicos fortalecem e intensificam o processo de acúmulo de capital e riquezas, por outro, produzem barreiras quase que intransportáveis para viabilizar o exercício pleno de cidadania.

Além dos espaços formais da educação, escolas e universidades, por exemplo, podemos citar, que na década de 1990 foram constituídos vários dispositivos e mecanismos institucionais governamentais em relação à política ambiental. Pignatti (2005), no entanto, alerta para o fato de que tais iniciativas são pouco significativas na solução efetiva de problemas ambientais, pouco atendendo aos valores quer sejam preservacionistas ou da sustentabilidade ecológica. Nesse contexto, surgem as ONGs e Fundações como importantes aliados no trabalho e no desenvolvimento de ações e processos

educativos capazes de amenizar e mesmo reverter graves problemas ambientais.

Para refletir sobre tais posicionamentos, é preciso tratar, mesmo que superficialmente, do contexto histórico em que surgiram as ONGs desde o paradigma do desenvolvimentismo, principal responsável pelo seu aparecimento como opção aos Estados liberais, a evolução deste paradigma e a conseqüente multiplicação da pobreza no Terceiro Mundo. Tal cenário histórico desenha a base para a compreensão dos espaços de injustiças sociais construídos pelos governos no Brasil nestes últimos séculos. É a partir desses espaços que aparecem e se organizam socialmente os movimentos sociais no Brasil com sua gama de possibilidades e que se constitui o papel das ONGs como fortalecedoras desses movimentos que, a partir da década de 1990, se multiplicaram e se institucionalizaram. Articulações entre as mesmas viabilizaram soluções e estimularam o debate na sociedade sobre as questões ambientais, marcando a busca contínua de uma nova sociedade, mais pluralista e menos dependente do Estado.

Conceito e o papel social das ONGs ambientais

A questão ambiental é tratada em diversas matizes ideológicas e científicas que deram origem ao movimento ecológico e as ONGs ambientais no mundo e especificamente no Brasil. Em relação ao movimento ecologista, nas décadas de 1980 e 1990, a vertente denominada ambientalismo busca discutir o desenvolvimento econômico com

proteção ambiental, com o foco deixando de ser a crítica pela crítica sobre as bases do sistema capitalista.

Pignatti (2005, p. 62), lembra com propriedade que:

A publicação do Relatório de Blutland em 1987 a incorporação do desenvolvimento sustentável ocupa a posição central dentro do ambientalismo. As bases conceituais do desenvolvimento sustentável referem-se ao ideal de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. [...] seria algo mais do que o compromisso entre o ambiente físico e econômico. Ele incorpora na definição de desenvolvimento o propósito e a possibilidade de conseguir um crescimento econômico a partir de uma nova racionalidade (de sustentabilidade, equidade, justiça e democracia).

Para essa mesma autora, com a incorporação de valores e práticas ecologistas vários segmentos sociais emergiram: organizações não governamentais que lutam pela proteção ambiental, agências estatais (em nível municipal, estadual e federal) grupos de instituições científicas que pesquisam os problemas ambientais, agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, entre outros.

Define, com propriedade, ONGs ambientais como grupos não lucrativos cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento. Atuam em problemas sócio-ambientais e tendem a fazer articulações políticas. Algumas têm abrangência internacional e atuam

em vários continentes, movimentam milhões de dólares com contribuições pelo mundo afora. Cita ainda que, por exemplo, a Word Wildlife Found (WWF) tem 4,7 milhões de filiados em todo mundo e dispõe de um orçamento anual de 293 milhões de dólares.

A crise global e a incapacidade dos agentes políticos tradicionais de responderem satisfatoriamente ao campo ambiental, deram espaços para as ONGs onde desempenham papéis preponderantes. As ONGs foram fundamentais para a criação desse tipo de campo ao pressionarem os governos para desenvolverem pesquisas e experiências voltadas à sustentabilidade. No Brasil, Herculano (2000) chama de ONGs os institutos e fundações com mais organicidade formados por profissionais predominantemente apoiados política e financeiramente por outras instituições e fundações, muitas vezes de âmbito internacional. Têm ação pedagógica ao atuarem em cursos e como interlocutores competentes diante do Estado e da imprensa. Geralmente, tem assento no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), entre outros órgãos.

O discurso político está perdendo forma em detrimento do esforço em dar uma destinação social ao conhecimento técnico-científico interdisciplinar. Seja o conhecimento técnico-científico, seja o conhecimento popular. Outro grupo de ONGs atuam como canais de pressão junto a câmaras legislativas, que fazem denúncias ambientais e manifestações. (HERCULANO, 2000).

Outra vertente teórica utiliza a denominação de ONGs ambientalistas profissionais e as ONGs de Combate. O

primeiro grupo, diante da necessidade da Sociedade Organizada ir além da denúncia capacitam-se para apresentar alternativas concretas de solução tecnológica e de gestão ambiental a governos e empresas. Já as ONGs de Combate denunciam problemas e cobram políticas públicas numa ponta e, na outra, as ONGs profissionais partem dos problemas para oferecer alternativas e soluções. De certa forma, há uma divisão de trabalho não explícita. Não se trata de uma divisão clara para o Movimento Ambientalista, o que tem gerado confusão de atribuições, conflitos de competência e desconfianças mútuas, até em função das alianças que se formam. As ONGs de combate se aliam mais as associações de moradores, sindicatos, etc., enquanto as ONGs profissionais buscam parcerias com Governos e empresas privadas. Essa falta de definição clara de papéis, metodologias e objetivos tem contribuído para aprofundar a crise no Movimento Ambientalista como um todo, favorecendo a ação dos poluidores.

Metodologia da pesquisa

O presente trabalho tem como universo de estudo duas Organizações não Governamentais: a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná – RURECO e o Instituto Os Guardiões da Natureza – ING.

Foi realizado um estudo qualitativo sobre as duas ONGs citadas, contemplando histórico e objetivos destas, visando delinear a abrangência

social das ações desenvolvidas na formação de educadores ambientais. Com isso, buscou-se elementos que possibilitassem diagnosticar o potencial de cada organização como instância formativa, bem como apontar as linhas teóricas que norteiam o trabalho desenvolvido em cada área de atuação.

Para a realização desse trabalho, em um primeiro momento, foram feitas entrevistas semi-estruturadas junto à responsáveis da RURECO e ING, sendo os dados utilizados para construção das seguintes categorias de análise, buscando levantar aspectos diversos da atuação das ONGs no tocante às questões ambientais: a) as ONGs e o processo ensino-aprendizagem em Educação Ambiental; b) aspectos ideológicos e políticos que norteiam as ações das ONGs; c) parceria e relações da ONGs com redes de cooperação sócio-ambiental.

Cabe salientar que para identificar os documentos resultantes da aplicação do questionário a ONG denominada Instituto Os Guardiões da Natureza (ING) foi denominada Org. (A) e a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná – RURECO foi denominada Org. (B). A escolha destas ONGs foi devido à significativa inserção das mesmas nas regiões Centro-Sul e Centro-Oeste do Paraná onde atuam.

A seguir serão apresentadas informações sobre as ONGs estudadas favorecendo uma maior visibilidade e apreensão do objeto de estudo dessa pesquisa.

Perfil histórico das ONGs pesquisadas

O Instituto os Guardiões da Natureza- ING tem sua sede em Prudentópolis, região Centro-Sul do Paraná. Este território, que possui um significativo remanescente da floresta com araucária, tem como uma das principais atividades econômicas o Pólo Agropecuário, tendo como principais culturas o fumo e as diferentes espécies de grãos (soja, milho, feijão, entre outros).

As empresas que se estabeleceram na região, apesar da geração de empregos e a contribuição para o desenvolvimento regional, causam sérios impactos ambientais, como o desmatamento, o êxodo rural, a queima da reserva legal para abastecimento das fumageiras. Além da cultura do fumo, a destruição do remanescente da floresta araucária vem ocorrendo devido a outras atividades agrícolas.

É neste cenário que o ING foi criada com o propósito de intervir nas políticas públicas voltadas para a sua área de atuação. Tem como objetivo principal, promover e contribuir para a evolução dos seres humanos, com ênfase na agricultura biodinâmica e na conservação da natureza. Tal objetivo busca reverter o quadro de baixo Índice de Desenvolvimento Humano de alguns municípios da região ao incentivar a agroecologia, combatendo o uso intensivo de agrotóxicos na região devido ao plantio do fumo.

Conforme documentos fornecidos por representantes dessa ONG, a mesma foi fundada em 1990

inicialmente denominada Associação dos Trabalhadores de Prudentópolis, que nasceu para fazer frente aos desmandos políticos existentes na época e para satisfazer o anseio de dezenas de produtores rurais que não encontravam nenhum lugar onde pudessem conhecer seus direitos e reivindicá-los.

Esta Associação congregou na oportunidade inúmeras pessoas, disseminou o respeito ao meio ambiente e colaborou na formação de diversas Organizações Sociais, entre elas, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Prudentópolis, os Conselhos Municipais de: Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Trabalho, Turismo, entre outros. Esse trabalho levou a entidade a conhecer a realidade e alguns problemas sociais do município de Prudentópolis.

Em 1998, a Associação dos Trabalhadores de Prudentópolis transformou-se no ING.

As atividades desta Organização estão divididas em quatro eixos, consideradas fundamentais para o desenvolvimento da sociedade: desenvolvimento pessoal, agricultura biodinâmica, turismo rural e ecológico e intervenção nas políticas públicas.

A Fundação RURECO, conforme Brandenburg (1999), surgiu a partir da união de pequenos grupos de agricultores ligados à pastoral da família no início da década de 1980. Esses agricultores eram residentes em alguns municípios da região Centro-Oeste do Paraná. A criação desta Associação, a princípio constituída no município do Turvo, foi apoiada pela igreja católica e por ONGs do norte da Europa.

Atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores na região fez surgir entre 1978 e 1989 a criação de várias Associações de sindicatos de trabalhadores rurais. A experiência da Associação do município do Turvo, PR foi estendida para Nova Tebas e outros municípios, também no Paraná. Este fato resultou na necessidade de criar uma coordenação estrategicamente bem localizada para atender interesses comuns a todos os agricultores da região, principalmente no que se referia à capacitação, comercialização e agroindustrialização da produção, bem como a assistência técnica.

Assim, em 18 de junho de 1986 surge a Fundação RURECO, com o propósito de promover o desenvolvimento rural na região Centro-Sul do Paraná. Tem como objetivos: fortalecer a agricultura familiar na região e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio rural; apoiar as diferentes formas de organização da agricultura; buscar meios apropriados para o manejo e uso sustentável dos recursos naturais e contribuir para o desenvolvimento local a partir de proposições que reforcem os agricultores familiares e suas organizações, enquanto atores sociais.

A política desta Fundação foi construída com o propósito de apoiar os produtores rurais não só nas técnicas de exploração da terra, mas também mostrar o caminho para a aquisição de recursos financeiros disponibilizados pelo Estado. A idéia, desde o início, foi potencializar a agricultura familiar sustentável na região, tendo em vista a sua importância

na geração de empregos no meio rural, diminuindo, de certa forma, o êxodo rural.

Resultados e discussões

As ONGs e o processo de ensino-aprendizagem em Educação Ambiental

Ao analisar os diferentes processos formativos utilizados pelas ONGs pesquisadas no que diz respeito à formação de educadores ambientais foi possível identificar que a Org.(A) promove diferentes modelos de capacitação, destaca-se a organização, desde 1988, várias atividades formativas: cursos de desenho, concursos de cartazes e de redação, todos contemplaram a temática meio ambiente; gincanas de cidadania e meio ambiente, cursos diversos na área da agricultura biodinâmica e na área de plantas medicinais.

Apesar de que nem todas as atividades ocorrerem em parceria com instituições de ensino cabe salientar que o propósito é a construção de uma educação crítica que busca formar indivíduos como atores (sujeitos) sociais aptos a atuarem coletivamente no processo de transformações sociais em busca de uma nova sociedade ambientalmente sustentável (GUIMARÃES, 2005).

Podemos, ainda, citar outras formas utilizadas pela Org.(A) na formação de educadores ambientais: consultorias, organização de eventos (Seminário de Agricultura Sustentável em 2000, organização de workshops sobre produtos orgânicos e biodinâmicos, primeiro fórum meio ambiente economia

sustentável do território Centro-sul do Paraná em 2005, Seminário Agroecologia: construindo uma política de fortalecimento e de enfrentamento ao problema do agrotóxico e transgênicos no Estado do Paraná.)

Estes eventos que atingiram centenas de agricultores, técnicos e comunidades em geral, refletem uma entidade dinâmica e comprometida com o processo de formação de agentes transformadores da realidade regional, levando a mudança de valores éticos na relação homem-natureza.

Aspectos ideológicos e políticos que norteiam as ações das ONGs.

Em todos os documentos consultados, é possível perceber aspectos ideológicos e políticos nas duas organizações. Tais eixos norteadores permeiam as ações educativas no tocante às questões sócio-ambientais. Tal percepção é evidenciada por uma busca contínua da entidade em intervir na criação de políticas públicas sustentáveis considerando os atores sociais como agentes de transformação.

Nesse contexto, segundo Jacobi (2003):

O desafio que está colocado é o de não reconhecer, mas estimular práticas que reforcem a autonomia e a legitimidade de atores sociais que atuam articuladamente numa perspectiva de cooperação, como é o caso de comunidades locais e ONGs. Isto representa a possibilidade de mudar as práticas prevaletentes, rompendo com as lógicas da tutela e da regulação, definindo novas relações baseadas na regulação, na contratualidade e na gestão conjunta de

programas e atividades, o que introduz um novo significado nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais.

Tais posicionamentos ao serem adotados pelas ONGs pesquisadas estão diretamente relacionados à visão crítica do sistema hegemônico da economia, que consolida a sociedade moderna e que dita as normas do avanço do capitalismo, levando, ao longo do séc. XX, a um processo de exclusão social .

No meio rural, o movimento de luta pela terra ganhou força enquanto movimento social. Para Wanderley (1992) a modernização foi incapaz de incorporar a propriedade da terra ao processo de acumulação pela via da produção, causando o empobrecimento do pequeno produtor.

Todos estes fatores vêm associados a vários problemas ecológicos e sociais no meio rural. Pesquisadores como Abramovay (1981) aponta a criação de um novo paradigma alicerçado em uma agricultura alternativa que não dependesse diretamente de tecnologias geradas a partir de interesses de países desenvolvidos. Esta idéia reforça a estratégia de resistência e sobrevivência do homem do campo, da agricultura familiar e, porque não mencionar até do meio ambiente rural.

Manter o homem no campo e buscar como projeto de desenvolvimento uma agricultura alternativa sustentável na região Centro-Oeste do Paraná é o propósito da Org. (B) . A ideologia desta organização passa pela construção do sujeito, gerenciador e relações epositor à racionalidade e ação homogenizadora da visão dominante e moderna da

sociedade. O sujeito que na referência de Brandenburg, (1999), ao teorizar sobre a experiência da Org (B) em sua tese de doutorado, conquista a liberdade ao impor a resistência à dominação. Para este autor, a política de ação da Org (B), junto à agricultores familiares, considera os mesmos atores-sujeitos da construção de um projeto de ação social centrado em uma agricultura alternativa e sustentável.

Outro fator que merece destaque em relação aos aspectos ideológicos da Org (B), são os critérios de seleção de técnicos contratados para o assessoramento de projetos. Estes devem deter um perfil profissional que se identifique com os movimentos populares. Tais apontamentos são relevantes ao considerar que tanto a Org (A) como a Org (B) centram seus processos formativos, na área ambiental, em um plano de ação que considera o processo de transição de uma agricultura convencional para uma agricultura alternativa, agroecológica, biodinâmica ou sustentável.

Por outro lado, a intervenção nas políticas públicas é continuamente reforçadas nessas duas instituições, conforme relato em um documento impresso da Org (A) que destaca os sérios problemas ambientais e de saúde pública nos municípios em que atua, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e pelo desmatamento.

Esta iniciativa é apoiada por Jacobi, (2003) que ressalta:

Trata-se, portanto, de repensar o público por meio da sociedade e de verificar as dimensões da oferta institucional e a criação de canais institucionais para viabilizar novas

formas de cooperação social. Os desafios para ampliar a participação estão intrinsecamente vinculados à predisposição dos governos locais de criar espaços públicos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças confrontam como base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo, ampliando as possibilidades de população participar mais intensamente dos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilidade na fiscalização e controle de agentes responsáveis pela degradação sócio-ambiental.

Parceria e relações das ONGs com redes de cooperação sócio-ambiental

Antes de destacar a relevância das parcerias e das redes de contatos importantes e necessárias para a sobrevivência e atuação das ONGs., no contexto regional, cabe assinalar que o público-alvo das ações desenvolvidas pelas mesmas no tocante ao processo e capacitação de educação ambiental, já mencionado na análise da categoria (a) As ONGs e o processo ensino-aprendizagem em Educação Ambiental.

Na Org. (A), os principais públicos alvos são: produtores rurais, principalmente os pequenos produtores e para a Org. (B) “pequenos produtores de alimentos”, conforme cita Brandenburg (1999, p. 167). Outros segmentos profissionais também são contemplados como os agentes de saúde, agentes de promoção (técnicos, cooperativas, etc.), alunos, professores e pesquisadores das universidades, formuladores de políticas em vários níveis e a comunidade em geral.

As relações de parceria são estabelecidas com Universidades locais, Associações de Municípios, Associação dos Municípios do Centro-Oeste do Paraná (AMCESPAR), Promotorias de Meio Ambiente do Estado do Paraná, Regionais Estaduais de Saúde que acabam constituindo uma rede de cooperação que se formaliza através de convênios e protocolos de cooperação interinstitucionais.

Com as Universidades da região de abrangências das duas ONGs pesquisadas, a cooperação se concretiza com a troca de benefícios: de um lado temos as possibilidades de campo de pesquisa para os docentes e, em contrapartida, o trabalho, quase sempre voluntário dos mesmos junto às ONGs em projetos e cursos de capacitação. Já para os acadêmicos, espaço permanente de estágios voluntários ou subsidiados por linhas de financiamento é sempre uma oportunidade de aprendizado. Em ambas as situações, esta parceria contribui para a formação permanente de educadores ambientais nos diferentes níveis de ensino, possibilitando a experiência junto à organizações cujas políticas de ação centram “o respeito e a convivência harmoniosa com a Mãe Terra”, site da Org (A).

As parcerias com instituições governamentais através de termos de cooperação e seleção de projetos junto às chamadas de editais, com linhas de financiamentos e pela participação no Conselho Estadual de Meio Ambiente (SEMA), que é o caso específico da Org.(A), nos anos de 2002 e 2003, participação no Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e Conselhos Municipais como de

Desenvolvimento Rural, Turismo e Meio Ambiente. Tais participações buscam a execução de propostas de planos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural como: formulação da Agenda 21 local, cursos de capacitação em Educação Ambiental, acompanhamento de infrações ambientais por desmatamento e trabalhos de adequação ambiental junto aos Faxinais, localizados no município de Prudentópolis.

Algumas ações específicas desenvolvidas pelas duas ONGs são subsidiadas por fundações (Fundação Boticário de Proteção à Natureza, Fundação AVINA, FUNBIO, Banco Mundial, etc). Tais recursos são utilizados para as ações nas seguintes áreas: manejo de recursos hídricos, agroecologia, produção e manejo de plantas medicinais, capacitação em educação ambiental e formação de agricultores e técnicos nas áreas sócio-econômicas.

Conclusões

A compreensão é de que a defesa do meio ambiente passa, necessariamente, por um questionamento dos problemas econômicos e sociais e que deve ser objeto de discussão em todos os espaços formativos, seja no ensino formal ou não formal. Essa discussão ganha outra dimensão ao direcionar as discussões para o papel das Organizações Não-Governamentais no fortalecimento da consciência ambiental e na ação organizada destas no processo de identificação e busca de soluções para problemas concretos, relacionados às condições de vida e resgate da cultura e valorização da vida no campo.

Particularmente, ao tomar como sujeitos da pesquisa ONGs que se definem como atores a serviço da promoção da cidadania, com um histórico que convalida ações comprometidas com as questões ambientais, e, cuja missão, em um primeiro plano é o fortalecimento da agricultura familiar. Essa proposta é construída ao apresentar as contribuições das ONGs pesquisadas que atuam na educação não-formal com competência e com o compromisso de alicerçar um novo modelo de desenvolvimento rural que articule sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Assim, o trabalho revelou o elevado potencial formativo das ONGs pesquisadas. Tal assertiva pode ser demonstrada pela análise dos dados coletados e documentos fornecidos por estas organizações. É possível afirmar: a) a alta capacidade de inserção/interlocução junto aos trabalhadores rurais, técnicos e comunidade rural em geral. Esta característica quase sempre é decorrente do fato de que as organizações compartilham ideologias que buscam favorecer um segmento ainda pouco valorizado no cenário social e econômico do nosso país. País este que tem um grande potencial agrícola, mas que limita o acesso a recursos financeiros, a novas tecnologias e assistência técnica especializada a uma pequena parcela de produtores rurais; b) a facilidade de estabelecer parcerias com instituições de ensino, como as Universidades. Estas parcerias são significativas e beneficiam todos os envolvidos, professores e acadêmicos, a organização não-governamental proponente dos projetos e

assessorias e o público-alvo (produtores e comunidade rural); c) facilidade de acesso a recursos financeiros disponibilizados por organismos nacionais e internacionais a instituições não governamentais sem fins lucrativos. Muita destes recursos, captada via projetos são canalizados para atividades formativas que, além de deixarem acessíveis conhecimentos teóricos e práticos sobre temáticas relevantes como a agroecologia, objetivam um objetivo maior que é a permanência do homem no meio rural. Cabe ainda ressaltar que o baixo número de técnicos vinculados aos órgãos governamentais, fruto de uma política que não realiza concursos ou contratações, ou ainda a liberação de recursos para agricultura familiar nem sempre são bem administrados e são insuficientes frente a demanda de problemas causados por variações climáticas a que a produção agrícola está sujeita. A falta da assistência técnica, capacitação e a falta de recursos acabam criando lacunas que emperram o desenvolvimento da agricultura familiar. Ao longo das duas últimas décadas esta lacuna vem sendo preenchida pelo trabalho das Organizações não-governamentais como a Fundação RURECO e a ING.

Diante destes elementos, cabe finalizar este trabalho com a contribuição de Almeida (1999, p.11) “[...] a emergência e a consolidação de um novo modelo agrícola deverão estar alicerçada na participação protagônica dos agricultores familiares e de suas organizações representativas como principais agentes em todas as etapas do processo de desenvolvimento”.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*, São Paulo:1981. Dissertação de Mestrado, FFCLCH/USP.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar: ONGs e Desenvolvimento Sustentável*. Curitiba: ed. da UFPR, 1999.

GUIMARÃES, M. *A Natureza do problema*. material xerocado, 2005.

HERCULANO, S. C. *ONGs e movimentos sociais: a questão de novos sujeitos políticos para a sustentabilidade*.Niterói: UFF/Riocor, 2000.

JACOBI, P. Caderno de Pesquisa- *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade* .São Paulo,2003.

LEFF, E. *Educação ambiental e desenvolvimento sustentável*. In Reigota, M. (org) Verde Cotidiano, O Meio Ambiente em Discussão. Rio de Janeiro, 1999.

PIGNATTI, M. G. *As ONGs e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso*. São Paulo: ANNABLUME, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. *Trajetórias sociais e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*, São Paulo. Cadernos,FHC/Unicamp, 1992.